

Ano XX nº 6072 – 12 de junho de 2019

Brasil entra na “Lista Suja” da OIT



A comissão de normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), manteve o Brasil na lista de 24 países que mais violam convenções internacionais do trabalho, na manhã de terça-feira 11/6. A inclusão se deu porque a reforma trabalhista aprovada no governo Temer violou a convenção 98, relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva, ratificada pelo Brasil.

Desde o ano passado, quando o Brasil entrou na lista, e providências foram solicitadas ao governo brasileiro para a comprovação de que a reforma trabalhista não violou as convenções que são citadas na denúncia feita pelas centrais sindicais, o governo brasileiro, em vez de cumprir com as solicitações da OIT, se engajou em um processo de tentar deslegitimar a organização e seu sistema de controle, além de atacar as entidades sindicais brasileiras e a própria OIT.

As centrais brasileiras, presentes na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, ano do centenário da organização, celebram a decisão tomada pela Comissão de Aplicação de Normas da OIT, e reafirmam o caráter cruel e desumano da reforma trabalhista que, ao contrário do que prometia, não gerou empregos decentes, mas apenas precarização laboral, fragilização das relações de trabalho, insegurança jurídica e um aprofundamento de uma crise que somente será superada com a geração de empregos decentes, que façam com que a classe trabalhadora possa voltar a aspirar uma vida melhor e não apenas sobreviver em trabalhos intermitentes, precarizados, insalubres e enriquecendo aqueles que apoiaram esta reforma com o objetivo único de reduzir custos no lombo do trabalhador e da trabalhadora.

Seguimos em luta para que cada trabalhadora e cada trabalhador possa se desenvolver em um trabalho seguro, devidamente remunerado, socialmente protegido e com plena liberdade, e que suas organizações sindicais sejam respeitadas e lhe seja assegurado amplo e eficiente diálogo social, nos moldes do que é estabelecido pela OIT em seus princípios fundacionais e em suas convenções e recomendações.

Políticas recessivas são usadas para aprovar reformas liberais

As políticas econômicas recessivas (pró-cíclicas) praticadas nos últimos anos no Brasil são uma das estratégias utilizadas pelos mercados para pressionar o governo a realizar reformas, como privatizações e reforma da Previdência, sob o argumento de que são necessárias para retomar o crescimento econômico.

A afirmação foi feita pelo técnico do Dieese-RJ, Fernando Amorim, na análise da conjuntura econômica, que abriu os debates dos Encontros Estaduais dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, no auditório do Sindicato. Amorim rebateu o discurso liberal dizendo que não há a relação direta entre a reforma da Previdência e a retomada do desenvolvimento. Na verdade, outros impasses da economia explicam muito melhor a recessão, como os altos juros e a ausência de valores agregados na exportação, o que repercute negativamente na balança comercial.

Outro aspecto fundamental que impede o país de sair da crise, segundo Fernando Amorim, são as altas taxas de juros. O Brasil possui hoje a segunda maior taxa Selic (juros básicos) do mundo, atrás apenas de Madagascar. Os bancos praticam as maiores taxas de juros do mundo: 322% no cheque especial e até 430% no rotativo do cartão de crédito. O técnico do Dieese criticou ainda a redução da oferta do crédito nos bancos públicos a partir do governo Temer.

O economista do Dieese rebateu a retórica privatista do mercado. Em relação ao emprego, mostrou um dado preocupante, além da elevação dos índices de desemprego: o crescimento do subemprego e da informalidade: cerca de 26% dos brasileiros trabalham por conta própria, contra 36% que estão no mercado formal privado de trabalho e 12% no setor público.

“A formalização do mercado de trabalho aumenta a receita dos governos e o crescimento da informalidade, ao contrário, eleva o impasse do déficit público”, afirma.